

STJ00119768

HUGO FIDELIS BATISTA

---

# O CRITÉRIO DE ARBITRABILIDADE DOS CONFLITOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS

um estudo comparado dos ordenamentos  
jurídicos português e brasileiro

---



DIALÉTICA

*Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.*

Copyright © 2024 by Editora Dialética Ltda.  
Copyright © 2024 by Hugo Fidelis Batista.



**DIALÉTICA**  
EDITORA

 /editoradialetica

 @editoradialetica

[www.editoradialetica.com](http://www.editoradialetica.com)

## **EQUIPE EDITORIAL**

### **Editores**

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha  
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira  
Prof. Dr. Tiago Aroeira  
Prof. Dr. Vítor Amaral Medrado

### **Gerente Editorial**

Daniela Malacco

### **Produtora Editorial**

Yasmim Amador

### **Controle de Qualidade**

Maria Laura Rosa

### **Capa**

Tebhata Spekman

### **Diagramação**

Wallace Santos

### **Preparação de Texto**

Nathália Sôster

### **Revisão**

Responsabilidade do autor

### **Auxiliar de Bibliotecária**

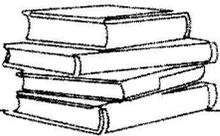
Laís Silva Cordeiro

### **Assistentes Editoriais**

Jean Farias  
Rafael Andrade  
Ludmila Azevedo Pena  
Thaynara Rezende

### **Estagiários**

Giovana Teixeira Pereira  
Maria Cristiny Ruiz



## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

B333c Batista, Hugo Fidelis.

O critério de arbitrabilidade dos conflitos jurídico-administrativos: um estudo comparado dos ordenamentos jurídicos português e brasileiro / Hugo Fidelis Batista. – São Paulo: Editora Dialética, 2024.  
88 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-270-1604-5

1. Conflitos jurídico-administrativos. 2. Administração Pública. 3. Direito I. Título.

CDD-350

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO | 11

### 1 O NOVO DIREITO ADMINISTRATIVO, O CRESCIMENTO DO CONSENSUALISMO E DA ARBITRAGEM | 15

#### 1.1 A privatização do Direito Administrativo e sua contratualização | 16

#### 1.2 A arbitragem e o consensualismo no âmbito administrativo | 19

### 2 A MUDANÇA DA CULTURA DO LITÍGIO JUDICIAL | 25

#### 2.1 O sistema multiportas: dos métodos alternativos de solução de conflitos aos métodos apropriados à solução de conflitos | 29

#### 2.2 Características dos métodos alternativos à jurisdição estatal | 30

#### 2.3 A autocomposição, a heterocomposição e a autotutela | 32

#### 2.4 A arbitragem: características e classificações | 35

##### 2.4.1 Arbitragem interna e internacional | 37

##### 2.4.2 Arbitragem voluntária e necessária, o elemento volitivo | 38

##### 2.4.3 Arbitragem *ad hoc* e institucional, o elemento funcional | 41

##### 2.4.4 Arbitragem de Direito ou por equidade, o elemento jurídico | 43

##### 2.4.5 Arbitragem comercial, não comercial e de investimento | 44

##### 2.4.6 Outras formas de arbitragem | 44

2.4.7 Das vantagens da arbitragem | 46

### **3 OS CRITÉRIOS DE ARBITRABILIDADE | 49**

**3.1 A arbitrabilidade subjetiva: quem pode subscrever convenção de arbitragem | 50**

**3.2 Arbitrabilidade objetiva de litígios: quais matérias podem ser objeto de arbitragem | 52**

3.2.1 O critério da patrimonialidade | 55

3.2.2 O critério da disponibilidade, suas acepções e dificuldades de aplicação | 57

3.2.3 O critério da ordem pública | 63

**3.3 O critério de arbitrabilidade dos conflitos administrativos, um critério jurídico legal | 64**

**3.4 O critério de arbitrabilidade de conflitos jurídico-administrativos na experiência normativa portuguesa: da LAV à legislação especial | 68**

3.4.1 A legislação especial portuguesa | 71

**3.5 O duplo critério brasileiro “patrimonialidade e disponibilidade” na arbitragem administrativa e a necessidade de revisitação do tema | 74**

**CONCLUSÃO | 79**

**RÉFERÊNCIAS | 81**